190

1670

Bresser garante mudança em órgãos federais como Funai, Ibama e Inpi

■ Governo vai exigir desempenho das novas agências

BRASÍLIA - O Governo vai exigir desempenho de empresas privadas às agências que serão criadas para substituir órgãos federais que atuam em áreas de exclusividade do Estado. A Funai (Fundação Nacional do Índio), por exemplo, será uma agência. Já os órgãos do Governo que atuam em áreas não-exclusivas do Estado deverão ser transformados em entidades de direito privado e passarão a ser conhecidos como organizações sociais. De acordo com o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (Administração e Reforma do Estado), poderão ser transformados, além da Funai, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

Universidades, hospitais, museus e

centros de pesquisa federais poderão ser transformados em organizações sociais, segundo o ministro. As organizações sociais e as agências deverão ser criadas por meio de duas medidas provisórias que serão editadas nos próximos dias, de acordo com o ministro. Bresser está negociando diretamente com os demais ministros quais órgãos serão transformados em agências ou organizações sociais. Indicadores de desempenho As agências que irão substituir os órgãos federais terão que formalizar contratos de gestão com os ministérios de suas áreas se comprometendo a cumprir metas. Para isso, o governo irá criar indicadores de desempenho. Também terão maior autonomia orçamentária e de administração de pessoal. As agências continuarão recebendo recursos do Orçamento da União, mas terão autonomia para buscar verbas fora do Governo Federal.

Nos contratos de gestão, ficarão estabelecidos por exemplo quantos índios terá que atender a agência que

substituirá a Funai. O não-cumprimento de metas poderá ser punido com corte de verbas até demissão de dirigentes. Extinção de cargos A administração das organizações sociais será controlada por conselhos compostos por 30% de representantes do Governo e 70% de representantes da sociedade. As organizações irão "herdar" funcionários federais. Ou seja, uma universidade federal transformada em organização social irá ceder a esta última seus professores, que continuarão a receber pagamento do Governo. No entanto, novas admissões ou substituição de pessoal por aposentadoria não serão mais custeadas pelo governo, mas sim por recursos obtidos pela organização social junto, por exemplo, à iniciativa privada. A reformulação de órgãos federais planejada pelo ministro Bresser Pereira poderá ser estendida a setores considerados "intocáveis", como o Banco Central e a Polícia Federal.